

## **O PROCESSO DE REGULAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL DA UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA FRENTE AO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

SCHEIFLER, Anderson Barbosa<sup>1</sup>

**Palavras-Chave:** CNAS. Entidade. Prática Profissional.

### **Introdução**

O ano de 1959 marca o início do processo de emissão dos Certificados das Entidades de Fins Filantrópicos pelo extinto Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS. Com base na Lei nº 3.577, de 4 de julho de 1959, a certificação tinha por objetivo isentar da contribuição de previdência devida aos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões unificados no Instituto Nacional de Previdência Social – IAPAS.

Em 1977 o CNSS ficou impossibilitado de conceder novos certificados, assegurando os benefícios para aquelas que já o possuíam. Em dezembro de 1993 é aprovada e publicada a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. Esta Lei desta algumas informações de suma importância para o assunto "Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos": 1) Definição do público alvo da assistência social; 2) Criação do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e a extinção do Conselho Nacional de Serviço Social - CNSS; 3) transferência dos acervos e competências do extinto CNSS para o CNAS.

Em agosto de 2002 é publicada no Diário Oficial da União a alteração relativa ao nome do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos que passa a ser denominado de "Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social".

Dentro desta perspectiva a Fundação Universidade de Cruz Alta, na sua condição de Entidade Beneficente de Assistência Social possuía, desde o ano de 2006, um setor responsável pela supervisão de programas assistenciais e processos seletivos para bolsas de estudo denominado Programa Intersetorial de Assuntos Filantrópicos – PIAF.

---

<sup>1</sup> Assistente Social da Universidade de Cruz Alta, técnico responsável pelo Programa Intersetorial de Assistência Social - PIAS e coordenador da Comissão Intersetorial de Assistência Educacional - CIAE.



O presente trabalho tem por finalidade apresentar a experiência da prática profissional desenvolvida no processo de regulação da instituição Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ perante a legislação e as normatizações do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, necessárias aos procedimentos para concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

## **Metodologia**

O processo de trabalho teve início partindo do mês de abril de 2012 quando locado no setor PIAF podemos detectar algumas fragilidades que deveriam ser trabalhadas a fim de promover uma maior organização, transparência e legitimidade nas atividades relativas à Política de Assistência Social da Universidade de Cruz Alta.

Através de pesquisas, reuniões, conversas e troca de e-mails formou-se um grupo multidisciplinar de profissionais que através de contribuições recorrentes de suas áreas formataram um projeto de reestruturação da Política de Assistência Social e Educacional da UNICRUZ com foco no Programa Intersetorial de Assuntos Filantrópicos – PIAF.

## **Resultados e Discussões**

Após discussões e análises surgiu o Programa Intersetorial de Assistência Social – PIAS que tem como atribuições: Reger a respeito da Política Institucional de Assistência Educacional - PIAE e o Programa Institucional de Bolsas de Estudo; Coordenar a Comissão Intersetorial de Assistência Educacional - CIAE, responsável pela seleção de alunos para o Programa Institucional de Bolsas de Estudo e acompanhamento dos demais processos relativos ao setor; Elaboração do Regulamento da Política Institucional de Assistência Educacional - PIAE que deverá nortear os processos de seleção de bolsistas e elaboração de editais; Contribuir com as atividades relativas à política institucional de Assistência Social da Fundação Universidade de Cruz Alta; Manter os padrões e certificações necessárias a uma Entidade Beneficente de Assistência Social; Realizar atendimentos, entrevistas e acompanhamento do público alvo da política institucional de Assistência Social da Fundação sempre que necessário.



## Conclusão

A regulação do setor perante os órgãos deliberativos da Universidade permitiram um maior reconhecimento das atribuições relativas à Política de Assistência Educacional e Social da instituição. A criação e nomeação legal da CIAE projetou uma oportunidade de discussão e aperfeiçoamento das ações desenvolvidas e a elaboração do Regulamento Geral permitiu um maior acesso ao Programa de Bolsas Institucionais considerando o cronograma de publicação de Editais. Esses dados se confirmaram no semestre 2013/1 que obteve uma participação recorde de 237 alunos inscritos no processo seletivo de bolsas institucionais.

Ainda hoje o termo bolsas de filantropia é bastante utilizado por alunos e colaboradores da instituição tendo em vista o longo período (2006 a 2012) de como a Política de Assistência Educacional foi reconhecida. A mudança desta terminologia instaurada na cultura das pessoas precede a um trabalho de conscientização e esclarecimentos quanto à finalidade das políticas de Assistência Social. A regulação dos órgãos responsáveis por esta política mostra-se como imprescindível no processo de transparência e clareza quanto a real finalidade das ações executadas pelas instituições beneficentes de assistência social.

## Referências

BRAGA, Ranieri C. História cronológica do Certificado emitido pelo CNAS. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, Brasília, Junho de 2004.

SCHEIFLER, Anderson Barbosa. **Trabalho de Conclusão de Curso**. UNICRUZ, Cruz Alta, 2010.

UNICRUZ. **Estatuto da Universidade de Cruz Alta**. Cruz Alta, 2007.

UNICRUZ. **Regulamento Geral PIAS**. Cruz Alta, 2012.